



Número: **0800155-32.2017.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **31/01/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6410100	31/01/2017 08:35	Petição Inicial	Petição Inicial
6410106	31/01/2017 08:35	INICIAL DPVAT JOSÉ UMBERTO TEOTONIO DE SOUSA	Outros Documentos
6410107	31/01/2017 08:35	PROCURAÇÃO ad judicicia	Procuração
6410209	31/01/2017 08:35	LAUDO 01	Outros Documentos
6410212	31/01/2017 08:35	LAUDO 02	Outros Documentos
6410205	31/01/2017 08:35	LAUDO 03	Outros Documentos
6410200	31/01/2017 08:35	LAUDO 04	Outros Documentos
6410197	31/01/2017 08:35	LAUDO 05	Outros Documentos
6410193	31/01/2017 08:35	NÚMERO DE SINISTRO JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA	Outros Documentos
6410189	31/01/2017 08:35	RG E CPF	Outros Documentos
6410184	31/01/2017 08:35	SAMU 01	Outros Documentos
6410180	31/01/2017 08:35	SAMU 02	Outros Documentos
6410177	31/01/2017 08:35	BO	Outros Documentos
6410174	31/01/2017 08:35	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
6410171	31/01/2017 08:35	CONTA BANCARIA	Outros Documentos
6410170	31/01/2017 08:35	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Outros Documentos
6410166	31/01/2017 08:35	DOC. DA MOTO DE JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA	Outros Documentos
6759997	28/02/2017 18:47	Despacho	Despacho
29569513	31/03/2020 21:16	Certidão	Certidão

29651 574	03/04/2020 11:15	Despacho	Despacho
--------------	------------------	--------------------------	----------

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA COMARCA DE ITAPORANGA– PB.

JOSÉ HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 930.428.924-68, residente e domiciliado no sítio Barros, s/n, área rural, Pedra Branca- PB, Cep.: 58.790-000, por conduto de seu advogado “in fine” assinado, conforme procuração anexa, com escritório no endereço abaixo timbrado, onde recebe intimações e/ou notificações de estilo deste Juízo, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrita no CNPJ de nº **09.248.608/0001-04**, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O promovente afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da justiça gratuita. Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com as custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC e o art. 5º da Carta Magna Brasileira.

DA SINÓPSE FÁTICA E DOS FUNDAMENTOS



O demandante após sofrer acidente de moto com fratura exposta na perna esquerda providenciou os documentos exigidos pela seguradora a exemplo do licenciamento da moto, boletim de ocorrência, laudos médicos e requereu sua indenização perante a seguradora, todavia a seguradora líder após solicitar vários documentos não realizou o pagamento de sua indenização.

Em consequência de tais fatos, é que o demandante vem a juízo ingressar com a presente ação de cobrança do seguro dpvat.

DO DIREIRO

Assim dispõe a lei 6.194/76, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A respeito do tema, em situações semelhantes já decidiu o egrégio TJPB no seguinte aresto, senão vejamos:

Processo: 07520070025897001 Decisão: Decisão Relator: DES JOSÉ RICARDO PORTO Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Data do Julgamento: 13/08/2012

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS **QUESTÕES PRÉVIAS**. - **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, conforme preconiza a Lei nº 6.194/74, em seu art.7º . - O recebimento do seguro DPVAT não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.** - Ao juiz incumbe aferir a necessidade ou não da produção das provas requeridas pelas partes, sendo-lhe facultado indeferir aquelas que entender desnecessárias à formação do seu convencimento art. 130, CPC.

MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.



PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que estipulou a verba em atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes.

Igualmente é o que nos afirma o Acórdão do TJMG a seguir arrolado:

Número do processo:1.0433.07.226331-5/001(1)

Acórdão Indexado!

Relator: BITENCOURT MARCONDES

Relator do Acórdão: BITENCOURT MARCONDES

Data do Julgamento: 17/12/2008

Data da Publicação: 23/01/2009

Inteiro Teor:

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, alínea 'b', possibilita à Administração graduar o valor da indenização no caso de invalidez permanente, de forma que o pagamento do seguro em valor inferior a 40 salários mínimos não é ilegal, desde que, é claro, seja observado o princípio da proporcionalidade na fixação da indenização. Comprovada a ocorrência do acidente de trânsito, bem como do dano dele decorrente (debilidade permanente no membro inferior direito), o beneficiário tem direito ao recebimento da indenização do seguro DPVAT, em valor proporcional ao grau de invalidez, nos termos da Resolução nº 01/75, do CNSP. O recebimento, na via administrativa, de parte do valor da indenização não retira o direito da parte de pleitear, em juízo, a quantia restante, porquanto a quitação perante a Seguradora somente diz respeito à importância que foi efetivamente recebida. A fixação da indenização em salários mínimos é perfeitamente possível, porque o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74 refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0433.07.226331-5/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): CAMPOS FERREIRA DA SILVA - APELADO(A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. BITENCOURT MARCONDES

ACÓRDÃO Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008.

A propósito, leciona Humberto Theodoro Júnior, que:

"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arroladas seja admitida pelo juiz. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente." (Curso de



DO PEDIDO

Ex positis, requer:

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC;
- b) A Expedição do competente **MANDADO DE CITAÇÃO por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ou de forma eletrônica** nos termos do art. 246 do CPC para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- c) E, ao final, a presente ação seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para condenar **A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, no pagamento da diferença de indenização por invalidez a que tem direito o demandante, acrescida de juros de mora da CITAÇÃO e correção monetária que deverá incidir desde a respectiva data do indeferimento do pagamento do valor da indenização em 24/10/2015;
- d) A condenação em honorários advocatícios a serem fixados por este juízo na forma preceituada pelo § 2º, do art. 85, do NCCPC;
- e) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme art. [319](#), [VII](#), do [CPC/2015](#);
- f) Assim, portanto, protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, depoimento pessoal do representante legal da demandada, sob pena de confesso, oitiva de testemunhas, desde já arrolada, onde comparecerão nas audiências independentemente de intimações, perícia médica, juntada de outros documentos, etc., tudo, de logo requerido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Diamante (PB), 31 de janeiro de 2017.

José Nicodemos Diniz Neto. .
Advogado – OAB/PB – 12.130







**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
COMARCA DE ITAPORANGA- PB.**

JOSÉ HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 930.428.924-68, residente e domiciliado no sítio Barros, s/n, área rural, Pedra Branca- PB, Cep.: 58.790-000, por conduto de seu advogado “in fine” assinado, conforme procuração anexa, com escritório no endereço abaixo timbrado, onde recebe intimações e/ou notificações de estilo deste Juízo, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrita no CNPJ de nº **09.248.608/0001-04**, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O promovente afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

1





justiça gratuita. Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com as custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC e o art. 5º da Carta Magna Brasileira.

DA SINÓPSE FÁTICA E DOS FUNDAMENTOS

O demandante após sofrer acidente de moto com fratura exposta na perna esquerda providenciou os documentos exigidos pela seguradora a exemplo do licenciamento da moto, boletim de ocorrência, laudos médicos e requereu sua indenização perante a seguradora, todavia a seguradora líder após solicitar vários documentos não realizou o pagamento de sua indenização.

Em consequência de tais fatos, é que o demandante vem a juízo ingressar com a presente ação de cobrança do seguro dpvat.

DO DIREIRO

Assim dispõe a lei 6.194/76, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

2





médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A respeito do tema, em situações semelhantes já decidiu o egrégio TJPB no seguinte aresto, senão vejamos:

Processo: 07520070025897001 Decisão: Decisão Relator: DES JOSÉ RICARDO PORTO Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Data do Julgamento: 13/08/2012

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS **QUESTÕES PRÉVIAS**. - **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, conforme preconiza a Lei nº 6.194/74, em seu art.7º . - O recebimento do seguro DPVAT não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.** - Ao juiz incumbe aferir a necessidade ou não da produção das provas requeridas pelas partes, sendo-lhe facultado indeferir aquelas que entender desnecessárias à formação do seu convencimento art. 130, CPC.

MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que estipulou a verba em atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes.

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

3





Igualmente é o que nos afirma o Acórdão do TJMG a seguir arrolado:

Número do processo: 1.0433.07.226331-5/001(1)

Acórdão Indexado!

Relator: BITENCOURT MARCONDES

Relator do Acórdão: BITENCOURT MARCONDES

Data do Julgamento: 17/12/2008

Data da Publicação: 23/01/2009

Inteiro Teor:

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, alínea 'b', possibilita à Administração graduar o valor da indenização no caso de invalidez permanente, de forma que o pagamento do SEGURO em valor inferior a 40 salários mínimos não é ilegal, desde que, é claro, seja observado o princípio da proporcionalidade na fixação da indenização. Comprovada a ocorrência do acidente de trânsito, bem como do dano dele decorrente (debilidade permanente no membro inferior direito), o beneficiário tem direito ao recebimento da indenização do SEGURO DPVAT, em valor proporcional ao grau de invalidez, nos termos da Resolução nº 01/75, do CNSP. O recebimento, na via administrativa, de parte do valor da indenização não retira o direito da parte de pleitear, em juízo, a quantia restante, porquanto a quitação perante a Seguradora somente diz respeito à importância que foi efetivamente recebida. A fixação da indenização em salários mínimos é perfeitamente possível, porque o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74 refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0433.07.226331-5/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): CAMPOS FERREIRA DA SILVA - APELADO(A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. BITENCOURT MARCONDES

ACÓRDÃO Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008.

A propósito, leciona Humberto Theodoro Júnior, que:

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

4





"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arroladas seja admitida pelo juiz. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente." (Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 18ª ed., p.421)

DO PEDIDO

Ex positis, requer:

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC;
- b) A Expedição do competente **MANDADO DE CITAÇÃO por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ou de forma eletrônica** nos termos do art. 246 do CPC para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- c) E, ao final, a presente ação seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para condenar **A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, no pagamento da diferença de indenização por invalidez a que tem direito o demandante, acrescida de juros de mora da CITAÇÃO e correção monetária que deverá incidir desde a respectiva data do indeferimento do pagamento do valor da indenização em 24/10/2015;
- d) A condenação em honorários advocatícios a serem fixados por este juízo na forma preceituada pelo § 2º, do art. 85, do NCPC;
- e) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme art. 319, VII, do CPC/2015;
- f) Assim, portanto, protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, depoimento pessoal do representante legal da demandada, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, desde já arrolada, onde comparecerão nas audiências

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

5





independentemente de intimações, perícia médica, juntada de outros documentos, etc., tudo, de logo requerido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Diamante (PB), 30 de janeiro de 2017.

José Nicodemos Diniz Neto. .
Advogado – OAB/PB – 12.130

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

6



PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE: JOSÉ UMBERTO TEOTONIO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 930.428.924-68, residente e domiciliado no sítio Barros, s/n, área rural, Pedra Branca- PB, Cep.: 58.790-000.

OUTORGADO: JOSÉ NICODEMOS DINIZ NETO, brasileiro, casado, advogado, **inscrito na OAB/PB sob o n. 12.130 - PB**, com endereço na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, nº 98, centro, Diamante – PB, Cep. 58.994-000, Tel. fixo (83) 34941013 / cel . 9 9628-3967 / 9 9993-0434 / 9 8862-4525, e-mail: ndadvogados@outlook.com, onde recebe intimações e notificações de estilo.

PODERES GERAIS PARA O FORO: por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui, com cláusula “AD JUDICIA ET EXTRA” seu bastante procurador e advogado, o bacharel acima qualificado, para o foro em geral, em qualquer instância e na via administrativa, especialmente para representar e defender os direitos do(a) outorgante no processo(s), ação (ões), e incidente(s) em que seja autor(a), réu/ré, oponente, assistente, litisconsorte, indiciado(a) ou de qualquer maneira interessado(a), podendo, para tanto, usar de todos os recursos necessários.

PODERES ESPECIAIS: confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, receber alvará extraído deste processo no respectivo cartório judicial, fazer declaração de hipossuficiência em face custas judiciais, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, requerer ao juízo da causa que lhe pague diretamente os valores relativos aos honorários advocatícios contratuais correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor obtido com a ação, por dedução da quantia a ser percebida pelo (a) OUTORGANTE, em conformidade com que preceitua o art. 22, § 4º da lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) e arts. 35, §1º, §2º e §3º e 38 do Código de Ética e Disciplina da OAB, renunciar, enfim, praticar todos os atos legais visando o bom desempenho do presente mandato, e, afinal, substabelecer, com ou sem reserva de poderes, se assim lhes convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato.

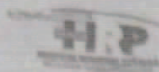
Diamante (PB), 25 de janeiro de 2017.



OUTORGANTE







HOSPITAL REGIONAL DE JANDUÍ CARNEIRO
RUA HORÁCIO NOBREGA, S/N.
PATOS PARAIBA (83) 3423-2741

Prontuário: 47462

Data/Hora: 25/8/1965 16:52:25

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Servidor do Dr.

Paciente: JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA

Filiação

Pai: JOAO TEOTONIO DE SOUSA

Mãe: GENEROZA FRANCISCA DE SOUSA

Endereço

Cidade: PEDRA BRANCA - PB - 58790-000 - 2511004

Endereço: JOSE JO DE SOUSA

Bairro: CENTRO

Naturalidade: PEDRA BRANCA - PB

Fone: (83) 8635-7949

Documentos

CNS: 706-4047-6176-8564

Identidade: 1437312 SSPB

CPF:

Reg. Nasc:

Informações adicionais

Nascimento: 24/8/1965

Cor: PARDA

Estado Civil: N. INF.

Profissão: AGRICULTOR(A)

Responsável:

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico:

Motivo da Alta:

Resultado: () Suiu Curado () Melhorado () Falecido () Transferido Em.



HOSPITAL REGIONAL - DEP. JACINTO CARNEIRO			
PATOS - PARAIBA			
Nome do Paciente	Humberto Teixeira de Faria		
Data da Cirurgia	29/03/15		
Cirurgião	1º Assistente	2º Assistente	3º Assistente
Dr. Zé	Dr. Zé	Dr. Zé	Dr. Zé
Anestesiado	Dr. Zé		
Diagnóstico Pré-Operatório	Inf. respirat. crônica		
Tipo de Cirurgia	Tdo. amfio		
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Cirurgia			

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso - Jática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Enxerto - Aspectos Visuais

Realizada em DPH sob anestesia
 - Anestesia + monitorização
 - Lavagem prévia do abdômen
 - Insuflação + corte lateral + YAC

[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE CIRURGIA



44 - NOME PRONOME DO AUTORIZADOR 45 - COD - GRUPO EMISSOR 46 - Nº AUTORIZAÇÃO INTERN. HOSPITALAR		47 - Nº DOCUMENTO (CMF, CNPJ, PROFISSIONAL) 48 - ASS - CATEGORIA DE REG. CONSELHO	
AUTORIZAÇÃO			
49 - VÍDEO COM A PRESENCIA 50 - ACIDENTE TRABALHO TIPO 51 - ACIDENTE TRABALHO		52 - ACIDENTE TRABALHO 53 - CNPJ SEGURADORA 54 - CNPJ EMPRESA 55 - CNPJ EMPRESA	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
56 - DATA SOLIC. 57 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 58 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE		59 - DATA SOLIC. 60 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 61 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE	
62 - DATA SOLIC. 63 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 64 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE		65 - DATA SOLIC. 66 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 67 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE	
68 - DATA SOLIC. 69 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 70 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
71 - DATA SOLIC. 72 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 73 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
74 - DATA SOLIC. 75 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 76 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
77 - DATA SOLIC. 78 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 79 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
80 - DATA SOLIC. 81 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 82 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
83 - DATA SOLIC. 84 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 85 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
86 - DATA SOLIC. 87 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 88 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
89 - DATA SOLIC. 90 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 91 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
92 - DATA SOLIC. 93 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 94 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
95 - DATA SOLIC. 96 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 97 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			
98 - DATA SOLIC. 99 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE 100 - ASSINATURA DO SOLIC. ASSISTENTE			



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

Jose Humberto Pastores de Souza

444 50 4746L

Procedimento Cirurgico

Dr. Gaudencio
Dr. Tasso

16.08.15 10:35h

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	14 - 15 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	15 - 16 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	17 - 18 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	19 - 20 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	21 - 22 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	23 - 24 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	25 - 26 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	27 - 28 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	29 - 30 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	31 - 32 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	33 - 34 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	35 - 36 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	37 - 38 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	39 - 40 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	41 - 42 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	43 - 44 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	45 - 46 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	47 - 48 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	49 - 50 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	51 - 52 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	53 - 54 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	55 - 56 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	57 - 58 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	59 - 60 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	61 - 62 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	63 - 64 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	65 - 66 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	67 - 68 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	69 - 70 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	71 - 72 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	73 - 74 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	75 - 76 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	77 - 78 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	79 - 80 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	81 - 82 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	83 - 84 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	85 - 86 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	87 - 88 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	89 - 90 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	91 - 92 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	93 - 94 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	95 - 96 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	97 - 98 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço
	99 - 100 Ponto de Sutura		Agulha de aço e aço



20/11/2015

[FIC - DPVAT]



HOME

FIC DPVAT

INDENIZAÇÕES

FORMULÁRIOS

EQUIPE

CONTATO

MEUS SINISTROS

LOCALIZAR

RELATÓRIOS

AVISO DE SINISTRO

DADOS CADASTRAIS

SAIR



Impressão Detalhada de Sinistro

Sinistro: 3150872805

Vítima:	JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA
Data do Acidente:	25/08/2015
Data de Nascimento:	1965-08-24 00:00:00
CPF:	930.428.924-68
Data de Atualização:	2015-10-16 00:00:00
Status Atual:	Pendente de Documento

Última pendência:

Apresentar o DUT.

IMPRIMIR O SINISTRO

Endereço: Praça XV de Novembro, nº 38 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20010-010
Fones: (21) 2524-8359 - (21) 2524-8194 - Fax: (21) 2215-0187 Nextel: (21) 7853-5636 - ID 85*27768

<http://www.ficdpvat.com.br/dpvat/localizar.php>

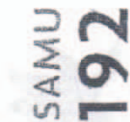
1/1



Assinado eletronicamente por: JOSE NICODEMOS DINIZ NETO - 31/01/2017 08:34:22
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17013108325964700000006291532>
Número do documento: 17013108325964700000006291532

Num. 6410193 - Pág. 1

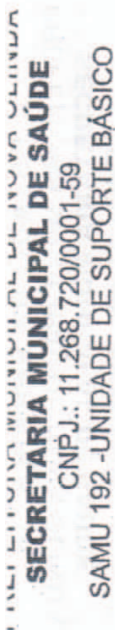




14:42

EVOLUÇÃO CLÍNICA

Pt 1 - 100% aumento de ventriculo lateral
de parede do 1º, 2º e 3º ventriculo e
de 1º, 2º e 3º ventriculo lateral
com queda da pressão.



CNPJ: 11.268.720/0001-59

SAMU 192 -UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO

[illegible]

MATERIAL UTILIZADO

102 Litros de Oil of Jilao 16. 21 eqs
Nivel 07 toneladas, 30000.

Assinado eletronicamente por: JOSE NICODEMOS DINIZ NETO - 31/01/2017 08:34:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17013108323433900000006291519>

Número do documento: 17013108323433900000006291519

Num. 6410180 - Pág. 1



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Nº 1014 / 2015

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de Transito

DATA DO FATO: 25 / Agosto / 2015

HORAS: 14hs

Sob a responsabilidade do Del. Pol: JOSE PEREIRA DE SOUSA

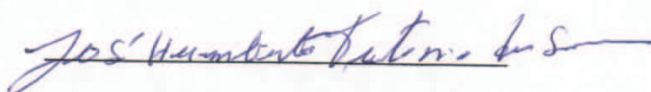
Notificante / vítima:

JOSÉ HUMBERTO TEOTÔNIO DE SOUSA, brasileiro, natural de Pedra Branca/PB, Casado, Agricultor, nascido no dia 24.08.1965, filho de João Teotônio de Sousa e Generosa Francisca de Sousa, RG 1.437.312 SSP/PB e CPF 930.428.924-68, residente na R. José Jó de Sousa nº.555, centro Pedra Branca/PB.

HISTÓRICO DO FATO

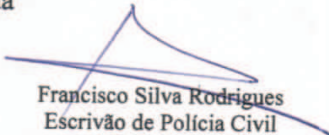
O (a) notificante, após cientificado (a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE:

Que no dia e horas acima citadas, regressava do Sítio 'Água Branca para sua residência, pilotando a sua moto HONDA/NXR150 'BROS ES, cor preta, ano mod.2009/PB, placa NPU3245/PB e chassi Nº 9C2KD04209R013820, licenciada em seu próprio nome e já próximo a cidade de Pedra Branca/PB, colidiu com outro motoqueiro, sendo então socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional de Patos/PB.



Itaporanga, 11 / Setembro / 2015

Notificante / Testemunha Arrogada


Francisco Silva Rodrigues
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 60.265-5



Unidade Consumidora:
HUBERTO TEOTONIO DE SOUSA
R. S/N
BRANCA (AG: 154)

Subs. RUR MTC B2-139/RURAL-IRRIGANTE
C: 001 - 158 - 659 - 2360
Medidor: 00008256549
CULA: 0001097675-2015-08-0
ENT:

LIGAÇÃO: TRIFASICO
DOM. BANC.:
CPF: 930.428.924-68
Insc. Est.:



ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
BR230 KM 25, S N - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 001.601.582-30
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica
Nº: 000.225.041

Indicador ao Cliente ENERGISA
ligar, tenha sempre em mãos a conta:

0800 083 0196 ligação gratuita

Acesse: www.energisa.com.br

Emissão: 06/08/2015

Identificador para Débito Automático: 0001097675-1

CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1097675-1

Período referente a

Agosto/2015

Apresentação

11/08/2015

Previsão da próxima leitura

04/09/2015

Composição do valor total da sua conta

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
CÓDIGO DISTRIBUIÇÃO ENERGISA	7,59	36,88
TAXA DE ENERGIA	9,29	45,14
CÓDIGO DE TRANSMISSÃO	0,64	3,11
ENCARGOS SETORIAIS	1,69	8,21
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	1,37	6,66
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
TOTAL	20,58	100,00

Valor do Encargo (Ref 06/2015): R\$ 120,78

Pagamentos em atraso

VENCIMENTO	VALOR (R\$)
16/07/2015	31,75
17/06/2015	298,11
18/05/2015	537,80
17/10/2014	139,60
18/09/2014	13,30

Reservado ao Fisco

5a91.b967.adc9.0ac2.bd28.f044.ec22.7797

VENCIMENTO

18/08/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 20,58

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RECIBO DO SACADANTE

energisa

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 001.601.582-30

MATRÍCULA

0001097675-2015-08-0

VENCIMENTO

18/08/2015

Nº FATURA
000.225.041

TOTAL A PAGAR

20,58

50000000-2 20580054000-2 10976752015-7 08001580019-8

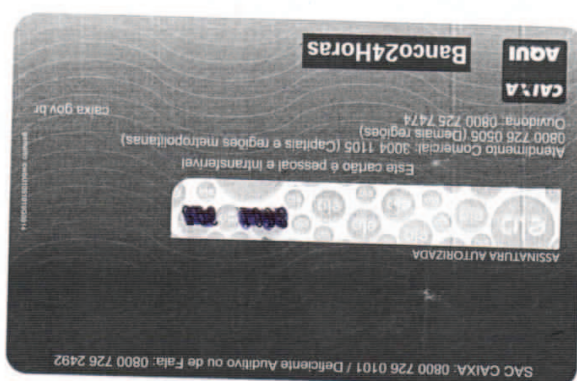


Assinado eletronicamente por: JOSE NICODEMOS DINIZ NETO - 31/01/2017 08:34:25

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17013108321610500000006291513>

Número do documento: 17013108321610500000006291513

Num. 6410174 - Pág. 1



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JOSÉ UMBERTO TEOTONIO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 930.428.924-68, residente e domiciliado no sítio Barros, s/n, área rural, Pedra Branca- PB, Cep.: 58.790-000.

Declara nos precisos termos do art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (dispõe sobre prova documental), para o fim de obtenção do benefício da Justiça Gratuita, que sua situação econômica não lhe permite pagar às custas processuais e honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

Declara, ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, penais e administrativas constantes do art. 2º da supra citada lei, caso o presente documento não porte a verdade.

Diamante (PB), 25 de janeiro de 2017.



DECLARANTE



Sistema Integrado de Veiculo Funcionario
VEIPC001 - Consulta ao Cadastro Local ==> CVF 20/11/2015 14:46:46

Protocolo.: 201110000024198 Exercício: 2015 Mot.: 5 Dat/Cadas.: 22/06/2009
Nome.....: JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA Dat/Atual.: 20/06/2011
Identidade.: 1437312 PB CPF/CNPJ: 93042892468 Dat/Aquis.: 24/05/2011
Munic.Resid: PEDRA BRANCA Endereco...: ***

Placa: NPU3245 5 Chassi: 9C2KD04209R013820 Renavam:144904799
Marc/Modelo: HONDA/NXR150 BROS ES Obs: NAO Tipo: MOTOCICLETA
Categoria...: PARTICULAR Espécie: PASSAGEIRO Carroceria: NAO APLICAVEL
Combustivel: GASOLINA Ano: 2009 Modelo: 2009 Cor: PRETA Potencia:
Cilindradas: 149 Pass: 2 Carga: Eixos: 00 CMT: PBT: 000.28
Procedencia: NACIONAL No. Motor: KD04E29013820 Faixa de Seguro: 09
Propr.Ant...: LUIZ LACERDA NETO CPF/CNPJ: 15128601404
Placa Ant...: NOVO PB 0 Restr Venda: REST. BEN.TRIBUTARIO

----- CONTROLE DO SISTEMA -----

Debitos IPVA.....: NAO	DETRAN: NAO	Seguro.....: SIM
Debitos Licenc...: NAO	PRF: NAO	Restricoes...: NAO
Controle Emissao: SIM	DER: NAO	Roubo/Furto...: NAO
Atualizacao.....: SIM	DNIT: NAO	Historico....: SIM
Trans RENAVAM...: SIM	PREFEITURAS: NAO	Outros.....: SIM
CODATA	RENAINF.....: NAO	RENAJUD: NAO





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Comarca de Itaporanga
Juízo de Direito da 3ª Vara Mista

Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, s/n. Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB - CEP 58780-000
Fone: (83) 3451-2399 e 3451-2517 – E-mail: irn.3vara@tjpb.jus.br

Ação Ordinária nº	0800155-32.2017.8.15.0211
Promovente(s)	AUTOR: JOSE HUMBERTO TEOTONIO DE SOUSA
Promovido(s)	RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DESPACHO/ MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO¹

Vistos, etc.

Valendo esta decisão como carta de citação e intimação, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba:

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC¹ e a ressalva de que "se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor" (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Segue em anexo a contrafé (cópia da petição inicial).

Cumpra-se
Itaporanga-PB, data e assinatura digitais.

Lessandra Nara Torres Silva

Juiza Substituta

¹Código de Normas da CGJ/PB: (...) Art. 108. Fica autorizado o uso do despacho como carta citação/notificação/intimação/precatória/ofício pelos magistrados do primeiro grau de jurisdição, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva, automaticamente, de instrumento para citação, intimação, notificação, depreciação ou ofício.



CERTIDÃO

Certifico que nesta data, faço conclusos os presentes autos à MM. Juíza de Direito, em razão de que o aviso de recebimento referente à carta de citação retro não retornou a este juízo. O referido é verdade, dou fé
Itaporanga/PB, datado e assinado eletronicamente

MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUSA

Assinado eletronicamente por: MARIA DO SOCORRO VIEIRA DE SOUSA - 31/03/2020 21:16:46
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20033121164661200000028461310
Número do documento: 20033121164661200000028461310





**Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Itaporanga**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800155-32.2017.8.15.0211

DESPACHO

Vistos, etc.

Cite-se, novamente, o promovido, **para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC¹ e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).**

ITAPORANGA, 3 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito

